

ENTENDER O EXISTENTE, DEDUZIR A SOLUÇÃO

Um Concurso de Arquitectura para os Espaços Exteriores do Palácio Nacional de Queluz

Carlos GUIMARÃES e
Luís Soares CARNEIRO *

1. Introdução

Os concursos de arquitectura são uma forma corrente de os arquitectos conseguirem trabalho profissional. Para nós são também uma oportunidade de estudo, de pesquisa e reflexão sobre temas interessantes que por outras vias dificilmente nos seriam entregues. E esta pesquisa e reflexão nem sempre são, *strictu sensu*, dentro do âmbito da exploração e investigação do mundo das formas. Estudar, Reflectir e Projectar são para nós etapas integradas de um processo uno.

O Concurso para o Arranjo dos Espaços Exteriores do Palácio Nacional de Queluz, foi lançado em 1995 pelo IPPAR, sendo, já depois da entrega das propostas e sem estas terem sido abertas, anulado por razões de conveniência da Instituição. Para um ponto de vista meramente profissional nada ficou. Para interesses um pouco mais alargados fica a reflexão e o material resultante. É isso que apresentaremos aqui: excertos dos Desenhos do Concurso e da Memória Descritiva. Não é, e não pretendemos que seja, mais do que isto: a apresentação de uma proposta que procura apoiar no conhecimento dos objectos em estudo uma intervenção qualificada.

Apesar de para o texto que se segue não ser aspecto central, embora dele resulte, há uma questão que, sem pretensões, queremos apontar aqui - e que esperamos o texto ajude, senão a esclarecer, pelo menos a provocar a reflexão de quem mais sabe - e que é a da dúvida quanto à datação de um desenho aguarelado, representando a planta do Palácio, sem data nem assinatura, descoberto na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pela Dr.^a Simonetta Luz Afonso. Este desenho representa aquilo que adiante se chamará o "Plano Global" e projectava a duplicação do Palácio actual segundo um eixo de simetria. Vários autores apontam a sua data como anterior a 1795, dado que nela está apontado, a lápis, o traçado das arquitecturas efémeras feitas para o baptizado de D. António, Príncipe das Beiras, nesse mesmo ano. Contudo, é errado, como acontece em algumas publicações, apontar para o desenho uma data posterior a 1789, argumentando que o Pavilhão de D. Maria vem já nele representado. O facto é que pela lógica dos traçados de composição - que estudamos e exploramos neste trabalho - resulta óbvio que ele tem forçosamente de ser muito anterior. Não só o Pavilhão de D. Maria se integra já no traçado do Plano, como o corpo da Sala do Trono (alteração de um outro mais antigo e estreito) assim como o pórtico exterior que lhe está associado, construídos algures entre 1760 e 1784, pela sua localização e forma pressupõe igualmente a existência deste. Quanto à sua autoria, e sem quaisquer dados documentais, parece-nos de arriscar a hipótese de ser de Mateus Vicente pois os traçados geométricos de apoio, não só se ajustam aos da fase por que este havia sido responsável, como se ajustam aos critérios de composição e interesses formais pelos espaços exteriores que já anteriormente tinha revelado.

2. A Proposta para o Concurso

I - ENTENDER O EXISTENTE, DEDUZIR A SOLUÇÃO:

1. ENTENDER O EXISTENTE - A construção do Palácio

- UMA CARACTERÍSTICA RECORRENTE

Como a quase totalidade dos monumentos e edifícios históricos portugueses, o PNO é o resultado de sucessivas adições realizadas ao longo de um período de tempo significativo. É um fenómeno endémico e estrutural que percorre todas as épocas da História Nacional, tendo a ver com a sistemática ausência de meios e com a inexistência de programações adequadas e razoáveis. As obras são lançadas em momentos de entusiasmo súbito e alimentadas por riquezas ocasionais. É neste contexto genérico que se deve procurar entender e estudar a história do PNO.

- A ORIGEM DA CONSTRUÇÃO

Quando da tomada de posse, após a Restauração, em 1640, da Quinta de Queluz por parte da Casa do Infantado, não existia no local mais do que um pequeno solar rural implantado paralelamente ao Rio Jamor - sobre cujas reminiscências está hoje localizada a "Cozinha Velha". As obras de ampliação que sofre de imediato não vão contudo alterar uma lógica de crescimento linear no seguimento da construção existente (ver Fig. 1- a).

- O PRIMEIRO NÚCLEO

Só entre 1747-1758 com o então Infante D. Pedro, mais tarde D. Pedro III, é que o Arq. Mateus Vicente de Oliveira estabelece os planos para a construção de um verdadeiro palácio rural. A organização deste palácio é clara: um quadrado em torno de um pátio estabelece um núcleo central a partir do qual, em direcção à estrada (Lisboa-Sintra), se vai criar uma sequência de pátios em "U", o último dos quais de forma arredondada, forrando e escondendo a construção primitiva que assim fica integrada; e, à esquerda, se prolonga por uma manga comprida e estreita que terá funcionado primitivamente como anexos-muro. A estratégia da composição dos espaços externos é evidente: simetria centrada na porta principal, eixos visuais que a partir desta porta definem os vértices das alas, dimensionamento determinado pelo rebatimento das larguras... Daqui resultando um sentido de acolhimento a quem se aproxima vindo da estrada que lhe passaria algures em frente e, reciprocamente, uma progressiva abertura, para quem sai do palácio (ver Fig. 1- b).

- O PALÁCIO REDIRECCIONA-SE

Posteriormente, para o lado Poente, também a partir do "núcleo central", a pretexto do casamento de D. Pedro com D. Maria (futura D. Maria I), em 1760, estabelece-se uma terceira fase de construção. Contraditoriamente ao sentido de abertura que os sucessivos pátios que conformavam a entrada de aparato deste primeiro núcleo assumia, o que agora vai ser construído, vai apontar para uma diferente direcção. Assim, a chamada Ala Robillion (designada a partir do Arq. francês Jean Baptiste Robillion que a concebeu), vai não só ignorar e inverter o direccionamento original mas também consagrar o que passará a ser uma característica dominante do palácio. Ao criar um corpo em "L" e reconstruindo a fachada Sul do núcleo quadrado inicial, Robillion **redirecciona** o Palácio, já não o dirigindo de Oeste para Leste, do **interior** para o **exterior** (aliás como Palácio de Mafra onde se tinha formado Mateus Vicente), mas redirigindo-o para Sul e para Oeste, para os espaços **interiores** da quinta que se transformarão em jardins. Mais tarde, mas ainda nesta fase, e confirmando esta tendência, constroem-se a "Sala do Trono" e a "Entrada de Honra" que lhe está associada. Aqui, de novo, um voltar de costas ao exterior e o reforço da relação com os jardins, cuja cota mais baixa e relação directa com as fachadas internas reforça o carácter de interioridade (ver Fig. 1-c).

- O "PLANO GLOBAL"

O Palácio parece estabilizar. Contudo, é evidente a ausência de nobreza dos espaços de chegada ou exteriores (tomando os dos jardins como interiores), sobretudo no acesso à "Sala do Trono". Neste sentido, alguém, virtualmente D. Pedro III, estabelece um ambicioso plano de duplicar o Palácio criando uma sua simetria a partir de um eixo longitudinal, gerando desse modo uma grande praça interior (no modelo das Places Royales do Séc. XVII francês). Tal projecto, apesar do único documento desenhado que dele temos ser correntemente datado de c. 1795 (ver Fig. 2) tem de forçosamente ser anterior. Com efeito, dado que a construção da terceira fase (o denominado "Pavilhão de D. Maria"), de que é formalmente arquitecto Manuel Caetano de Sousa, iniciada em 1786 (ano da morte de D. Pedro III), presume e assume de modo absoluto e inquestionável a existência deste "Projecto Global" (ver Fig. 1-d).

A estratégia deste plano é interessante (ver Fig. 3): articula-se habilmente com o traçado da zona de recepção original mediante um círculo centrado numa estátua situada sobre o cruzamento do eixo do Núcleo Central e o novo eixo de simetria; tangente a este círculo traça um outro, mais a Sul, que na outra extremidade vai localizar o Pórtico de Entrada e delimitar o "Pátio da Guarda"; com este novo centro traça um segundo círculo concêntrico, tangente à perpendicular do eixo de simetria Norte-Sul, passando pelo cunhal da Capela que, no extremo Sul, determina a linha onde se inicia a edificação do Pavilhão de D. Maria; simultaneamente, desloca para Sul e aí restabelece um novo centro de gravidade frente à entrada da Sala do Trono; com referência à Estátua e a esta Entrada, traça linhas que vão determinar a implantação do Pavilhão de D. Maria e que, simetricamente, determinam os extremos do Pórtico Norte... - ou seja, daqui resulta um traçado que só ganha sentido se completamente realizado. Se o traçado do núcleo original era expansível e por isso mesmo era terminável a qualquer momento, já este traçado segundo, implica, para ganhar completude e sentido, a sua total realização.

- QUE CONCRETIZAÇÃO?

Mais por inércia do que com verdadeira convicção, este projecto grandioso será ainda continuado na construção da Torre do Relógio e da Mantearia (hoje Pousada D. Maria I), assim como do edifício (hoje quartel militar do R.I.O.), que faria o corpo simétrico ao edifício quadrado do núcleo inicial, ambos construídos no início do Séc XIX (início: 1802), igualmente por Manuel Caetano de Sousa (ver Fig. 1-e). O facto de um e outro destes edifícios, apesar de objectivamente intencionados como simétricos do palácio existente não cumprirem o mesmo eixo de simetria, indicia já a intromissão de outros factores na sua implantação. A construção do pequeno Palácio Pombal, já Neoclássico (1807), mandado erigir pelo filho do Marquês (camareiro de D. Maria I), ao ser implantado exactamente no enfiamento do entrada da Sala do Trono, assume também e definitivamente, a já não construção da Ala simétrica a esta.

- COMO TERMINA?

As Invasões Francesas primeiro, as Guerras Liberais depois, vão fazer esquecer esta gigantesca iniciativa começada já tarde. Apesar dos importantes fragmentos que se concretizaram não foi, e nunca chegou a ser legível no local, este sonho de dar sentido ao que o Conde Lichnowsky designava por "...aglomeração sem gosto de «Alas» e «Pavilhões»...". - O sonho de dar unidade e grandeza ao que fora sendo feito sem plano, ao acaso, em pedaços, ao longo do tempo, por mãos diversas, perdia assim a sua oportunidade.

- QUE IMPORTÂNCIA?

Creemos que a raridade e lucidez deste plano não pode ser desprezada, que a sensibilidade e inteligência com que articula - a posteriori - os dois primeiros momentos de crescimento do espaço do pátio, não deve ser ignorada e esquecida. Por essa razão, assumimos o propósito de tornar claro e legível, de reunir e interjustificar, os volumes fragmentados e dispersos que hoje se erguem.

2. DEDUZIR A SOLUÇÃO - Uma reconstrução virtual

- UMA PROPOSTA PARA O PNO

Os objectivos estão assim claros: 1. revalorização dos indícios, 2. reevidenciação da lógica geométrica, 3. reconstrução virtual da forma. O modo como a proposta traduz esta leitura é talvez um pouco literal, mas somos de opinião que a comunicação deve ser alargada e facilitada nos seus níveis mais óbvios, reservando, estratificadamente, para outros planos e outros públicos, leituras mais elaboradas ou subtis.

- AS CINCO PRINCIPAIS ACÇÕES

1. “Re”constroem-se os limites da “Grande Praça” erigindo do lado Nascente um conjunto de paredes com aproximadamente a altura das fachadas do lado Poente (e simétricas destas) que vão definir os limites do espaço central.

2. Cria-se um Pórtico Norte, que passa a assumir o papel de entrada principal no recinto marcado pela sua altura e forma, assegurando uma clara distinção entre a situação exterior e o interior, assinalando fortemente o momento de entrada.

3. Recoloca-se o monumento a D. Maria I em posição central, no ponto chave do traçado geométrico regulador do espaço central do qual a estátua é o fulcro.

4. Cria-se um grande espelho de água que se inicia ainda antes do pórtico de entrada, como uma passadeira virtual (a passadeira Real!) que simultaneamente serve de elemento condutor, de separador central e, simbolicamente, em era republicana e laica, exclui do uso o eixo central, ou seja, exclui, afinal, o percurso do rei... O Espelho de Água não é contínuo, pois que é interrompido em torno da estátua central, assim como ao fundo, junto ao topo Sul, assinalando o ponto onde um pórtico transversal estava previsto no “Projecto Global”. Não obstante, não seria prático ter um tão longo espelho de água sem atravessamentos. Assim, também em acordo com o traçado regulador geral, cria-se uma dupla ponte, exactamente colocada diante da entrada da Sala do Trono. Esta ponte, não só permitirá interligar directamente as zonas de estacionamento com a entrada do PNO mas, pela sua forma e localização, irá demonstrar o enfiamento visual existente entre esta entrada e o Palácio Pombal. Marginalmente, refira-se que esta ponte constitui uma “alusão”, pela sua forma e linguagem, da dupla “ponte” (antiga casa da música), que ainda hoje subsiste por sobre o rio Jamor e marca um dos pontos mais significativos dos jardins do palácio.

5. Cria-se uma Fonte Monumental que se localiza no enfiamento visual do Espelho de Água. Não só irá servir de remate ao eixo longitudinal, como demarcará, entre o “V” formado o Pavilhão de D. Maria e a Parede-Cenário que lhe ficará fronteira, o limite físico e visual do grande recinto. A forma desta fonte é triangular, elevada em relação ao solo, inclinada no seu lado superior de modo a que a água deslize em sucessivos degraus, contrapondo assim ao movimento de entrada Norte-Sul, uma direcionalidade oposta.

Outras intervenções, secundárias, serão, por exemplo, a reestruturação do arruamento Sul, o tratamento e organização dos espaços de estacionamento, ou ainda a modelação altimétrica dos pavimentos.

II - ENTENDER O EXISTENTE, DEDUZIR A SOLUÇÃO:

1. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES

- UMA ESPECIFICIDADE

A questão da interioridade-exterioridade do Palácio é muito importante. São bem evidentes a diversidade, senão clara oposição, dos tratamentos e linguagens arquitectónicas entre os alçados exteriores, os que se

apresentam a quem chega, de clara marca Joanina, estilisticamente Barrocos mas sem excessiva efusividade, relativamente secos e escorreitos, e os alçados interiores, ou seja, do lado dos jardins, onde a linguagem claramente Rocóco predomina. A riqueza e a expressividade dos alçados internos, face à relativa austeridade do exterior, revelam bem a oposição entre a Corte e o seu ambiente de fausto e o espaço exterior destinado aos "comuns". Se a divergência de gostos e linguagens apontada por J. A. França em "Lisboa Pombalina e o Iluminismo" clarifica a oposição entre o Barroco de Queluz e o Pombalino da reconstrução da Lisboa pós-terramoto, não deixa também de ser curioso observar que mesmo na própria obra do Palácio de algum modo surgia, pelo seu lado exterior, uma contenção estilística, seja por sentido de discrição ou estratégia de dissimulação, seja, mais simples e provavelmente, apenas por falta de meios.

- O CONTRASTE JARDINS- PRAÇA

Independentemente deste aspecto, o facto é que a dicotomia exterior-interior caracteriza "estruturalmente" a obra existente. A secura, a neutralidade e a imensidão do basalto negro da calçada exterior contrasta com o tratamento pujante, variado e minucioso dos jardins que, habilmente rebaixados, geram um sentido de enquadramento, protecção e defesa contra um exterior bárbaro, possivelmente hostil. Também a importância, a imponência, e mesmo a dimensão da altura das fachadas interiores contrasta com o piso raso que se vê pelo exterior que vai ao ponto de disfarçar as mansardas.

É naturalmente sedutora a sintonia entre a leitura espacial, arquitectónica e decorativa e a situação política da época. Contudo, independentemente desse aspecto, o que é facto é que o objecto construído, indiferentemente à variação de leitura, da função e do uso por que passou e passa, decididamente **assumiu o facto e integrou-o no seu carácter.**

2. DEDUZIR A SOLUÇÃO

- O EXTERIOR E OS JARDINS - Uma solução para a Praça

De novo o modo como a solução traduz a leitura realizada é um pouco literal, mas também aqui a clareza toma precedente. Assim, propõem-se três ideias fundamentais:

I. Preserva-se o grande vazio do pátio central forrado com o basalto negro que vai contrastar o rosa e o calcário das paredes, sem a tentação de o tornar "um lugar apazível". É um pátio, uma parada, uma praça formal, uma estrutura espacial de aparato e representação, mas vazia - não é, nem pode ser, um lugar de "estar". Transformar em "parque verde" ou "sítio de permanência" seria um **gravíssimo equívoco**, em absoluto **lesivo deste espaço** e do Palácio em geral. Por contraste, as zonas não pertencentes a esta Praça terão necessariamente de ser tratadas de modo diverso. Por detrás dos muros-paredes que delimitarão a nova Praça, junto ao Quartel e por detrás da Pousada, ou seja, as zonas de apoio e estacionamento, deverão ser fortemente arborizadas para, aparecendo a mancha verde por cima dos muros-paredes, acentuarem o contraste e reforçar ainda mais o carácter de representação do espaço central.

Esclareça-se mais uma vez: para entender esta proposta é fundamental compreender que ela é exigida pelo próprio Palácio e não arbítrio de projecto. A "Praça do Palácio" terá de ser necessariamente uma "praça urbana". Como a Praça Stanislas, em Nancy, como originalmente a "Place de Vendôme" ou a "Place des Victoires", em Paris, como a "Place Royale", em Bruxelas, como a "Amalienborg" de Copenhague, como tantas outras que se construíram na Europa dos Sécs. XVII e XVIII, e a cuja linhagem este espaço decididamente pertence(ria) - na sequência do que o Plano Global claramente apontava.

- TRATAR O PAVIMENTO

Vimos já que faz parte da proposta um novo Espelho de Água que organiza todo o espaço e que pela sua presença "esvazia o eixo". Mas não basta isto. Um espaço tão amplo, se bem que precisamente delimitado - e daí lhe virá uma importante qualidade - necessita

de ver o seu pavimento tratado para, não obstante ser a amplidão um dos seus valores, não perder em estruturação e ordem.

- DESENHOS NO PAVIMENTO

Recordando a estrutura geométrica da concepção do Palácio, optamos por colocar guias em calcário que contrastassem a calçada em basalto com isso apontando algumas das mais importantes linhas de estrutura do espaço, isto é: assinalando claramente a centralidade do monumento a D. Maria I, assim como as linhas que apontam a importância da entrada para a “Sala do Trono”. Adicionalmente, acrescentamos algo mais efectivo e subtil: a modelação do piso.

- A MODELAÇÃO DO PISO

Um pavimento nunca é plano por questões técnicas de drenagem mas normalmente faz-se com que o pareça. Aqui, neste caso, será diferente. Vamos jogar com pendentes e abaulamentos, ligeiros mas legíveis, que ajudarão a clarificar as intenções de ordenamento do espaço. Com esta modelação conseguir-se-á com que a grande dimensão da Praça não veicule uma sensação de “espaço vazio e desregrado”, mas passe a ser um “espaço vasto mas articulado” o que é das qualidades melhores e mais raras da arquitectura urbana - e mais: característica da grande arquitectura dos Sécs. XVII e XVIII em cuja corrente se filia.

Apesar de ser deslocado descrever aqui toda a modelação pensada (...) convém esclarecer que o Corte Transversal pela sala do Trono é - em relação ao perfil longitudinal - o ponto mais alto, visto que se propõe que a partir deste perfil, sempre no sentido longitudinal o terreno vá baixando, produzindo, para Norte, junto à Estátua em posição central, uma “depressão” com centro nela e, para Sul, desça também, permitindo acentuar o contraste mais forte com a fonte triangular que remata o enfiamento do Espelho de Água.

III - ENTENDER O EXISTENTE, DEDUZIR A SOLUÇÃO:

I. ENTENDER O EXISTENTE - *Condição actual e Funcionamento*

- ESTRADA E ACESSOS

Originalmente, como ainda hoje, o PNO estabelecia a sua conexão com outros locais baseado na via Lisboa-Sintra. Apesar da situação que se vivia até recentemente em que a estrada passava mesmo defronte do Palácio ser profundamente nefasta, a nova Variante, resolvendo este grave problema, deixou em aberto uma situação profundamente desequilibrada que importa resolver.

Quando o Infante D. Pedro mandou abrir a primeira estrada desde a Ajuda até Queluz ela seguia muito possivelmente de perto o trajecto que o tramo hoje desafectado da Estrada-Nacional tinha, isto é, passando primeiro junto ao extremo Sul do muro dos Jardins que assumiam a função de um primeiro sinal do Palácio próximo. Comprovam-no o monumental portão enquadrado por uma parede curva rematada por peças de cantaria. Passado este, a estrada ia subindo ao longo do muro exterior até entrar pelo Pórtico de Colunas previsto no “Projecto Global”. Nele, era neste ponto da entrada que se pretendia realizar um momento especialmente enfatizado, como o demonstra a angulação prevista para os dois edifícios (o dito Pavilhão de D. Maria I e o outro, seu simétrico, não realizado), onde a conjugação entre estes dois corpos e o pórtico que lhes era subsequente criavam um espaço preparatório do grande recinto. O fortíssimo impacto que esta entrada, este “Pátio da Guarda”, teria sobre o visitante deveria ter um efeito imenso. Tanto mais - e isto é fundamental - que a estrada que se dirigia a este espaço tinha dimensões muito mais diminutas que as da actualmente ali existente. Com efeito, hoje, no momento em que o tráfego subitamente desapareceu e o uso deste espaço só é possível a pé, a desmedida escala desta via é confrangedora. No extremo Norte, também os traçados viários do séc. XX não foram gentis ou atentos a uma leitura do PNO e, naturalmente,

muito menos do seu virtual “Projecto Global”. O modo como o cruzamento ali existente penetra e interfere no espaço do Palácio não é de modo algum aceitável.

- OS VEÍCULOS

Em termos de funcionamento, dentro do espaço fronteiro ao Palácio, embora continue a existir a estrada, em “betuminoso de boa qualidade”, verifica-se que os veículos que vêm em direcção ao Palácio o evitam, entrando quase sistematicamente pela primeira abertura para o piso irregular em basalto. Horror ao centro? Procura do abrigo das fachadas face ao actual desamparo da generalidade deste espaço?... O facto é que se verifica uma centrifugação do trânsito que ao entrar do lado Norte, segue naturalmente pela faixa da direita, reforçando mais ainda a tendência a dirigir-se para junto ao Palácio, onde estacionam. Se os veículos ligeiros, pela sua dimensão não provocam um desmedido impacto, impedindo a leitura espacial do conjunto, já os autocarros interferem de modo muito mais violento. Não obstante a grande quantidade de espaço disponível do outro lado da estrada, continuam a parar exactamente diante do Palácio, dada a falta de sistematização deste espaço.

- OS PEÕES

Se bem que os movimentos predominantes sejam os de veículos, verificam-se igualmente alguns movimentos de atravessamento de peões entre o núcleo de Queluz, a Norte do Palácio, e os aglomerados situados a Sul da nova Variante, onde a existência de uma passagem aérea para peões reconhece e permite este trânsito. Tal facto, garante alguma utilização dos espaços ao longo da estrada agora desafectada, o que pode ainda justificá-la, já não como estrada mas simplesmente como percurso de peões.

- RELAÇÃO COM A VIA VARIANTE

Embora de um ponto de vista teórico fosse interessante que a partir da nova Variante, (que tem perfil de auto-estrada, impedindo entradas e saídas), fosse possível visualizar o Palácio, ainda que brevemente, a verdade é que, à velocidade normal neste tipo de vias, o ângulo de visão é de tal modo limitado que isso é verdadeiramente irrealista. Não obstante esta impossibilidade, é contudo possível ver facilmente e com clareza o grande portão enquadrado pela parede curva e perceber o início do percurso que leva ao Palácio, o que constitui um facto a explorar.

- OS RESTANTES ESPAÇOS

Por fim, em relação aos espaços situados por detrás da actual Pousada, entre os edifícios militares, a Norte, e o pequeno núcleo de habitações antigas ali existente, a Sul, temos um espaço mal definido, a que apenas o alinhamento da fachada do “Palácio Pomba” ajuda a não ser caótico. Excluindo o risível das “pontas de óbus a segurarem correntes”, como delimitação de estacionamentos, o seu piso neutro, as árvores esparsas, a ausência de estruturação, deixam-no pobre e desarrumado.

Em termos de equipamento de apoio a situação é de absoluta carência.

2. DEDUZIR A SOLUÇÃO

- O TOPO SUL: Desfazer a Estrada - Refazer a Estrada

Também aqui, a partir dos elementos presentes no local se torna possível deduzir uma solução enquadrada e viável. O tramo de estrada agora desafectada deve continuar a funcionar apenas com trânsito de peões e depois de introduzidas modificações substanciais. Assim:

1. Reduzir o seu perfil transversal, aproximando-o das dimensões presumíveis da antiga estrada mandada abrir pelo Infante D. Pedro;
2. Deslocar o seu eixo de modo a que siga mais próximo do muro do Palácio;
3. Substituir o pavimento de asfalto por um de empedrado;
4. Tratar como espaço verde (relvado/arbustos) a actual franja verde já existente do lado Nascente desta via, procedendo ao alargamento da primeira e à redução da segunda.

Com estas alterações, poderá ser reposta parte da sensação possível caso se tivesse concretizado o “Plano Global” - imagine-se: depois de subir a estrada estreita e empedrada, enquadrada entre o muro existente e a franja verde a realizar, a fantástica chegada ao ponto onde o Pavilhão de D. Maria e a Parede-Cenário que, com idêntica inclinação relativamente ao eixo longitudinal, farão a abertura para a grande Praça...

- JUNTO À ENTRADA NORTE

A solução do trânsito no extremo Norte, antes do Pórtico de Entrada, é mais simples de resolver. O entroncamento ali existente será redesenhado e deslocado mais para Norte, clarificando como direcção principal a de entrada no recinto do Palácio e neutralizando o mais possível o acesso ao núcleo habitacional que lhe está situado a Nordeste e que este entroncamento serve.

De qualquer modo, o ideal seria a eliminação completa deste entroncamento, o que não é absurdo, dado que com a variante todo o sentido de entrada em Queluz foi alterado, pois enquanto anteriormente era a ligação a Lisboa era feita pelo Sul, é-o agora pelo Norte.

- CIRCUITOS DE TRÂNSITO

Os circuitos dentro do recinto do Palácio, também serão claros. Para quem chega de automóvel ou autocarro (vindo inevitavelmente de Norte), depois de passar sob o novo “Pórtico de Entrada” descerá pelo lado direito do “Espelho de Água” central e terá assim acesso quer à entrada do “Núcleo Central”, quer ao Restaurante da Pousada, quer ainda à entrada de público para o Palácio através do Pórtico que liga à Sala do Trono. Junto a esta entrada, depois de os passageiros terem descido, os veículos seguirão em frente até ao ponto onde o “Espelho de Água” interrompe, contornando-o, daí seguindo em frente para fora do recinto, em direcção à Zona de Estacionamento situada exactamente por detrás do muro que do lado oposto à frontaria do Palácio a reproduz em simetria. O movimento de saída não difere muito: no caso de ser um autocarro, deixa o estacionamento, passa junto à Pousada, contorna o Estátua Central, reaproxima-se da Entrada, entram os passageiros, volta a passar junto ao extremo Sul do recinto e segue em frente, pelo lado Nascente do “Espelho de Água” em direcção a Norte e, passando de novo pelo Pórtico de Entrada (agora pelo seu lado direito), seguirá o seu caminho.

Em alternativa, o público de saída dirigir-se-á para a zona de estacionamento, onde se terá acesso rápido, fácil e directo da, e para, a Entrada do Palácio através da dupla ponte proposta (a tal que cita a existente no jardim) e que permite atravessar o “Espelho de Água”. À saída, com a vantagem suplementar do seu arco central enquadrar, quase como moldura, a frontaria do Palácio Pombal, ao fundo.

- ESTACIONAMENTOS

Estas áreas, separadas para autocarros e automóveis, organizam-se de modo a salvaguardarem três aspectos fundamentais. O primeiro é o de garantir a visualização do Palácio Pombal; o segundo é o de organizarem uma Alameda junto à fachada deste e paralela a ela que não só organiza nesse local o estacionamento, como também serve de via de saída ligando ao fundo, junto à entrada do Quartel, ao recinto principal. Foram previstos alguns equipamentos de apoio para os utentes destes espaços mas não indiscriminadamente. Qualquer tentativa de criar pontos de apoio “múltiplos” (como é sugerido pelo Programa do Concurso), será desajustado e grave. Como em relação ao Restaurante e à Pousada as suas autonomias são por demais evidentes, restava a criação de um ponto de apoio, com Sanitários Públicos e um pequeno Bar, localizados por detrás da Parede-Cenário que é simétrica ao Pavilhão de D. Maria I que, com o seu volume, vai

esconder, proteger, enquadrar e redefinir o pequeno largo junto ao núcleo de habitações existentes, requalificando-o.

NOTA FINAL

O tema desta proposta foi “ENTENDER O EXISTENTE / DEDUZIR A SOLUÇÃO” porque da análise que fizemos resultou claro que o Palácio, com a sua história e a sua impressionante forma, possuíam força suficiente não só para das linhas de força já existentes se poder encontrar uma solução adequada, mas para com isso se evitarem soluções que nem nos fundamentos nem na aparência se mostram capazes de assumir uma relação leal, legítima e valorizadora com o que são supostas realçar e defender. Em momento algum confundimos este Concurso com um exercício de estilo, pois não se pode confundir com a execução de um simples “Design”, mesmo se virtuoso. Implica análise histórica interligada com análise arquitectónica e reflexão sobre a interrelação entre objecto existente e projecto a realizar. O resultado afectará, para o bem ou para o mal, uma peça com um valor histórico e patrimonial. Quanto mais não seja, pelo modo como a intervenção a realizar irá reenquadrar ou ignorar, valorizar ou deformar, apagar ou iluminar, a herança do existente.

Ao elegermos como propósito a **“revalorização dos indícios”** a **“reevidenciação da lógica geométrica e estrutural”** assim como a **“reconstrução virtual da forma do Projecto-Global”**, estávamos a sintetizar a análise e o estudo feito previamente. Ao propormos o novo Pórtico, as Paredes-Muro ou a reestruturação do arruamento a Sul, estamos simplesmente a formalizar uma releitura do palácio e da sua história. A entender e a deduzir para realçar e valorizar.

Porto, Setembro de 1995 - Introdução e Revisão, Outubro de 1998

* Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

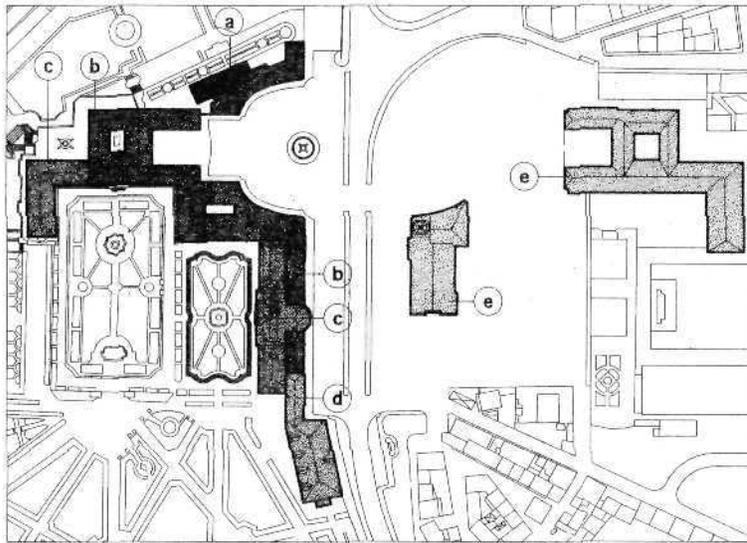


Fig. 1 - Fases de Crescimento

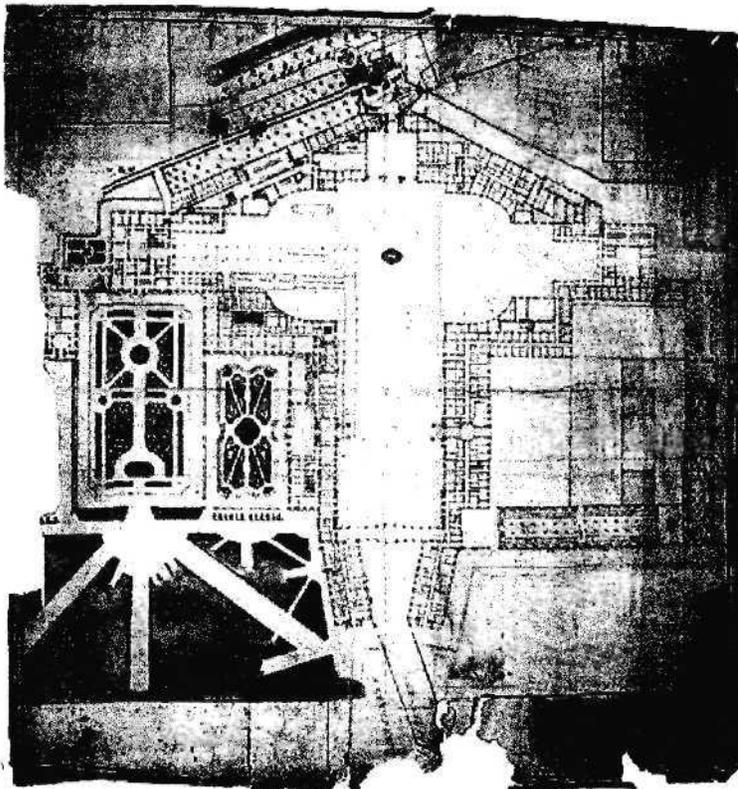


Fig. 2 - Desenho Aguarelado - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

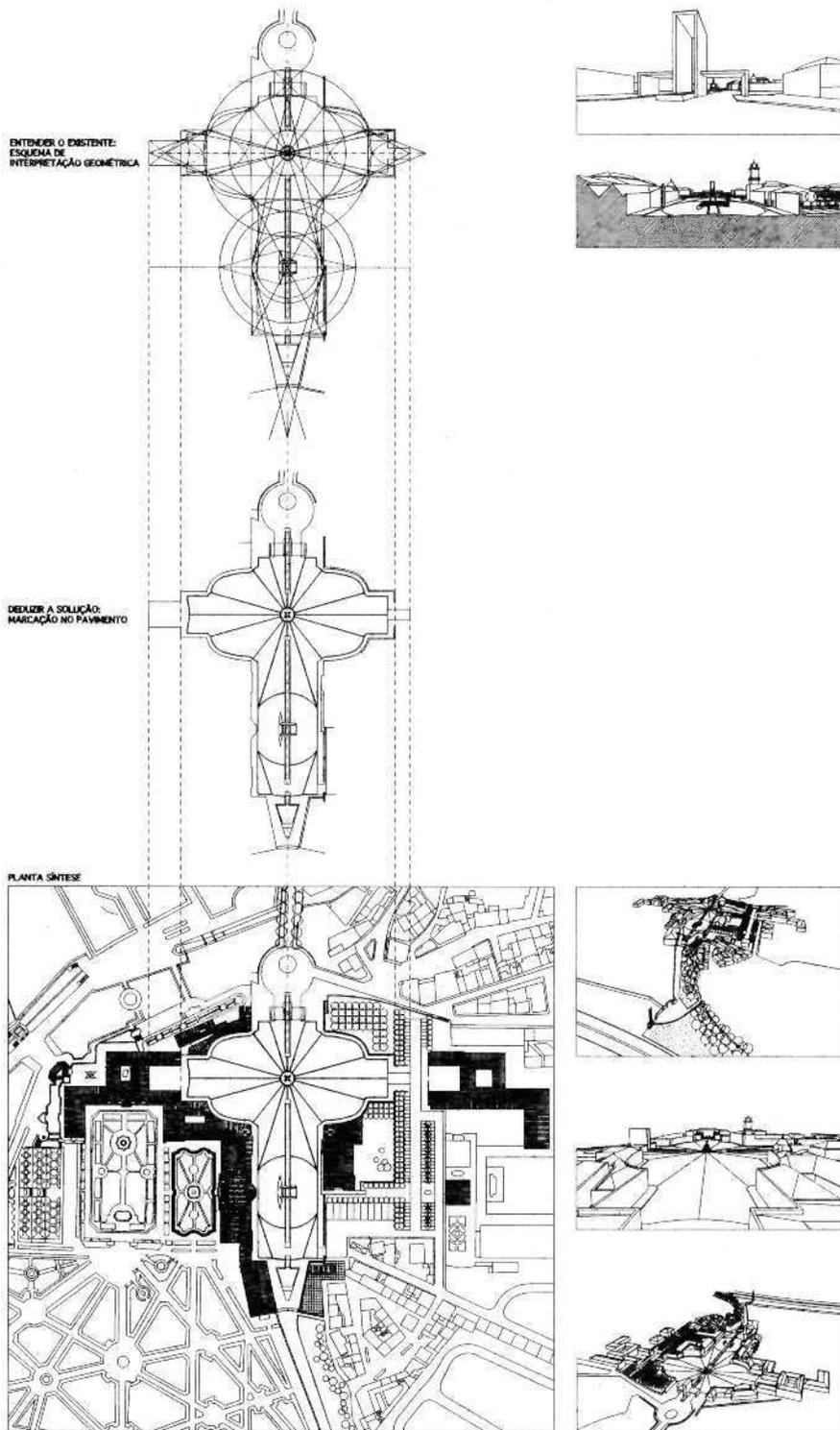


Fig. 3 - Planta, Esquemas e Perspectivas